

03Jun2009 [notícia]

«CDS-PP anunciou projecto para recuperação ossadas soldados portugueses mortos durante guerra colonial»

O CDS-PP vai apresentar nas próximas semanas um projecto de resolução para recuperação das ossadas de soldados portugueses mortos na Guerra Colonial, disse hoje à Lusa o deputado João Rebelo.

O anúncio da apresentação do projecto de resolução foi feito hoje durante o debate em plenário da petição entregue pelo Movimento Cívico os Antigos Combatentes.

O projecto de resolução anunciado por João Rebelo visa sensibilizar o governo de que são precisos mais meios financeiros para que a Liga dos Combatentes e as associações ligadas a este processo (recuperação das ossadas dos antigos soldados mortos durante a guerra colonial) "tenham a oportunidade e a possibilidade de concretizar o que é reclamado na petição".

O documento apresentado pelo MCAC reuniu 11758 assinaturas e o movimento estima em 4000 o número de corpos a recuperar, sendo 2500 a 3000 militares de recrutamento local - nascidos na Guiné, Angola ou Moçambique - e os restantes 1000 a 1500 recrutados na antiga Metrópole.

Para os segundos, prevê-se trazer as ossadas para Portugal e proporcionar um "local digno de enterramento", em articulação com as famílias ou, através de um acordo entre o movimento e a Associação Nacional de Freguesias, com as autarquias.

Nos restantes casos, propõe-se que os restos mortais deverão ser concentrados num cemitério nos três países em causa, encarregando-se o Estado português, através das Embaixadas, da manutenção desses espaços de aí em diante.

Na eventualidade de ser impossível agendar o debate e votação do projecto de resolução em plenária, em virtude da actual sessão legislativa estar a chegar ao fim, o deputado João Rebelo disse à Lusa que a alternativa será realizar o debate em sede de comissão.

"Não havendo espaço para discussão em plenária, a resolução será discutida exclusivamente em comissão, o que para nós já é suficiente, porque, como debatemos hoje em plenário, o que é preciso agora é concretizar", salientou.

"Uma vez aprovada em comissão vai a votação final em plenário. Há essas duas possibilidades, vamos ver qual é o melhor mecanismo, porque os prazos são apertados", acrescentou.

Todas as bancadas parlamentares intervieram no debate sobre a petição, tendo sido unânime "o desejo de arranjar uma solução para esta questão", destacou João Rebelo.

(EL/Lusa 03Jun2009 19:44 - 108 visitas - comente)

<http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex.stories/518717>

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=1252732